



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de Fevereiro de 2012, pelas 09:50 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

09:30

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2010 - Relator - Deputado João Lobo (PSD);**
- 4. Discussão e votação na especialidade de:**
 - **Projeto de Lei n.º 31/XII/1.ª (BE) - "Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos"**
 - **Projeto de Lei n.º 110/XII/1.ª (PS) - "Alarga o acesso à Base de Dados de Contas do Sistema Bancário pelas autoridades judiciais"**
 - **Projeto de Lei n.º 111/XII/1.ª (PS) - "Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais"**
 - **Projeto de Lei n.º 112/XII/1.ª (PS) - "Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos"**
 - **Projeto de Lei n.º 113/XII/1.ª (PS) - "Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas"**
 - **Projeto de Lei n.º 114/XII/1.ª (PS) - "Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos"**
 - **Projeto de Lei n.º 115/XII/1.ª (PS) - "Lei da Transparência Activa da Informação Pública";**
- 5. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente sobre: COM (2011) 873 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) [SEC(2011)1536, SEC(2011)1537, SEC(2011)1538] - Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP);**
- 6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 7. Fixação de redações finais de textos legislativos aprovados;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

8. Outros assuntos.

11:30 - Audição do Procurador-Geral da República sobre o Relatório de execução da Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho (Lei de Política Criminal para o biénio 2009-2011), nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal).

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD).

Aberta a reunião, foram distribuídos os seguintes Projectos de Lei:

N.º da Iniciativa	Título	Deputado(a) Relator(a)
PJL 173/XII/1.ª (PS)	Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais	Dep. Hugo Lopes Soares (PSD)
PJL 175/XII (PCP)	Altera o Decreto-lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses	Dep. Filipe Neto Brandão (PS)

No segundo ponto da ordem do dia, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Prazo de 8 semanas termina a:
---------------------	------------------	-------------------------------

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Proteção da privacidade num mundo interligado: Um quadro europeu de proteção de dados para o século XXI [COM(2012)9]	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	NA
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES com base no artigo 29.º, n.º 2, da Decisão-Quadro do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à proteção de dados pessoais tratados no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal [COM(2012)12]. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	NA



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

[SEC(2012)75]		
Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao Estatuto da Fundação Europeia (FE) [COM(2012)35]. Esta iniciativa tem associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SWD(2012)1] e Síntese da Avaliação de Impacto [SWD(2012)2]	Deputado João Lobo (PSD)	14-03-2012
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (regulamento geral sobre a proteção de dados) [COM(2012)11]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SEC(2012)72] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2012)73]	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	14-03-2012
Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados [COM(2012)10]	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	14-03-2012

tendo sido deliberado não escrutinar as seguintes iniciativas:

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a estratégia da União Europeia para a proteção e o bem-estar dos animais 2012-2015 [COM(2012)6]. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto [SEC(2012)55] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)56].
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO RELATÓRIO INTERCALAR sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação [COM(2012)56]
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO RELATÓRIO INTERCALAR sobre os progressos realizados pela Bulgária no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação [COM(2012)57].



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou brevemente o seu parecer sobre a Conta Geral do Estado 2010, tendo o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), após ter cumprimentado o relator pelo trabalho produzido, assinalado lamentar o facto de não se poder comparar a informação constante deste documento do Governo com a informação prestada durante a discussão do Orçamento de Estado. O parecer foi então aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Tendo o quarto ponto da ordem de trabalhos sido adiado para a reunião subsequente da Comissão, tendo em conta que não haviam ainda sido recebidos os pareceres das Regiões Autónomas sobre as iniciativas em discussão, passou-se à apreciação do parecer sobre a COM (2011) 873 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR)* [SEC(2011)1536, SEC(2011)1537, SEC(2011)1538], tendo a respectiva Relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), apresentado brevemente o seu parecer. A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) declarou reconhecer o mérito do trabalho produzido, mas suscitou dúvidas sobre se a subsidiariedade estaria garantida, tendo em conta as malhas muito difusas sobre o que é nacional e o que é europeu. O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) acompanhou as dúvidas sobre a proposta em escrutínio, designadamente atenta a sua conexão com outras matérias já abordadas na Comissão e o facto de poder estar em causa a livre circulação de pessoas e capitais e a política de fronteiras da União. O Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) assinalou que a avaliação se conformava com o que vinha sendo defendido pelo Estado Português, considerando que a responsabilidade pelo controlo deveria ser comunitarizada, pelo que a observância do princípio da subsidiariedade não podia estar em causa. A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) agradeceu as palavras dos intervenientes e reiterou a sua convicção de que o princípio da subsidiariedade não fora colocado em causa. O parecer foi então aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE, na ausência do PEV.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foi fixada a redacção final do texto referente ao “*Enriquecimento ilícito*” [Projetos de Lei n.ºs 4/XII/1.ª (BE), 5/XII/1.ª (BE), 11/XII/1.ª (PCP) e 72/XII/1.ª (PSD, CDS-PP)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redacção constantes da Informação n.º 20/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Por fim, o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS/PP) indicou, como membros do seu Grupo Parlamentar a integrar a Subcomissão de Igualdade, as Senhoras Deputadas Teresa Caeiro e Teresa Anjinho.

O Senhor Presidente deu ainda conta de que a Comissão faria uma visita de trabalho ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, em cumprimento do plano de atividades aprovado, no próximo dia 28 de Fevereiro, terça-feira, a partir das 15 horas.

A reunião foi, entretanto, interrompida, pelas 10h45, tendo sido retomada às 11h30 para a audição do Procurador-Geral da República sobre o Relatório de execução da Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho (Lei de Política Criminal para o biénio 2009-2011), nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal).

Depois de dadas as boas vindas pelo Senhor Presidente, o Senhor Procurador-Geral da República (Fernando Pinto Monteiro) – que se fez acompanhar pela Senhora Vice-Procuradora-Geral (Isabel São Marcos) – usou da palavra para fazer uma intervenção inicial relativa à execução da Lei de Política Criminal para o biénio 2009-2011, fazendo ainda sugestões para o biénio que se iniciou em 2011 e terminará em 2013.

Usaram, depois, da palavra para pedir esclarecimentos os Senhores Deputados Isabel Oneto (PS), Telmo Correia (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Paula Cardoso (PSD) e



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

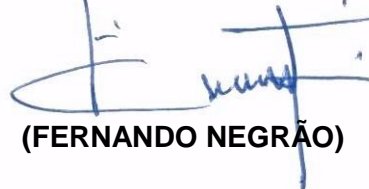
Cecília Honório (BE), aos quais responderam, individualmente, os Senhores Procurador-Geral e Vice-Procuradora-Geral.

Numa segunda ronda, pediram esclarecimentos a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) e o Senhor Deputado Paulo Oliveira (PSD), aos quais responderam o Senhor Procurador-Geral da República e a Senhora Vice-Procuradora-Geral da República.

A reunião – que foi integralmente gravada em [áudio](#), tendo a audição sido [transmitida pelo Canal Parlamento](#) – foi encerrada às 14:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de Fevereiro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 07-03-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 50/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Elza Pais
João Lobo
Margarida Almeida
Nuno Magalhães
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares
José Luís Ferreira